



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING ELETRÔNICO

23/11/2010



INDICE

1. JORNAL A TARDE	
1.1. JUIZADOS ESPECIAIS.....	1
1.2. JULGAMENTOS.....	2
2. JORNAL AQUI	
2.1. PRISÃO.....	3
3. JORNAL ATOS E FATOS	
3.1. JULGAMENTOS.....	4
3.2. SISTEMA CARCERÁRIO.....	5
4. JORNAL CORREIO DE NOTICIAS	
4.1. JUIZADOS ESPECIAIS.....	6
4.2. JULGAMENTOS.....	7 - 8
5. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
5.1. AVISO.....	9
5.2. COMARCAS.....	10 - 11
5.3. INSTITUCIONAL.....	12 - 14
5.4. JUIZADOS ESPECIAIS.....	15
5.5. JULGAMENTOS.....	16 - 17
5.6. PRISÃO.....	18 - 20
6. JORNAL EXTRA	
6.1. JULGAMENTOS.....	21
7. JORNAL O DEBATE	
7.1. COMARCAS.....	22 - 23
7.2. JULGAMENTOS.....	24 - 25
8. JORNAL O IMPARCIAL	
8.1. PRISÃO.....	26 - 27
9. JORNAL PEQUENO	
9.1. CARTÓRIOS.....	28
9.2. COMARCAS.....	29 - 31
9.3. DESEMBARGADORES.....	32 - 33
9.4. JUIZADOS ESPECIAIS.....	34
9.5. JULGAMENTOS.....	35 - 37
9.6. PRISÃO.....	38 - 40

CODÓ TEM JUIZADO ESPECIAL

O Tribunal de Justiça instalou na tarde de ontem (22/11), o Juizado Especial Cível e Criminal de Codó, comarca de entrância intermediária. O órgão vai receber e julgar, de início, 1.892 processos oriundos das três varas existentes. Ao instalar o juizado, o presidente do TJMA, desembargador Jamil Gedeon, informou que o órgão irá atender à população mais carente de Codó, com serviços totalmente informatizados e em boas instalações. A juíza Stela Muniz, diretora do fórum, agradeceu o empenho do Tribunal, na pessoa do presidente, e da Corregedoria, por meio do corregedor, para garantir a instalação do órgão, ressaltando que "o Poder Judiciário será fortalecido e a comunidade, valorizada".

TJ recebe denúncia contra prefeito de São Benedito do Rio Preto

O prefeito de São Benedito do Rio Preto (212 km de São Luis), José Creomar de Mesquita Costa, responderá ação penal perante o TJ, em razão de atraso na prestação de contas do exercício financeiro de 2008.

O prefeito foi denunciado pelo Ministério Público Estadual, acusado de não ter prestado as contas do município ao Tribunal de Contas do Estado (TCE), que o considerou inadimplente.

Creomar Costa informou que realizou a prestação de contas ao TCE sete dias após o fim do prazo, em 22 de abril de 2009, com o regular pagamento da multa estipulada. A defesa alegou ainda que o prefeito deveria ser inocentado porque não teve intenção de prejudicar o erário.

A Procuradoria Geral de Justiça, em parecer, entendeu que a apresentação das contas

em atraso não desconfigura o crime previsto no Decreto-lei 201/67.

Os desembargadores Benedito Belo (relator) e Joaquim Figueiredo votaram pelo recebimento da denúncia, considerando que o simples atraso na prestação de contas é suficiente para configuração do delito. Eles também entenderam que a necessidade ou não da condenação do gestor será analisada na instrução processual, onde poderá provar sua inocência.

O desembargador José Bernardo Rodrigues votou pela rejeição da denúncia, por considerar que o ato do prefeito foi insuficiente para causar qualquer prejuízo ao erário ou à população, uma vez que corrigiu a falha e apresentou a prestação de contas antes do oferecimento da denúncia.

▶ EM CANA

Polícia prende ladrão de cargas e caminhões

Uma operação desencadeada pela Superintendência Estadual de Investigações Criminais (Seic) sob o comando do delegado Raphael Souza Leite, responsável pelo Departamento de Combate a Roubo de Cargas (DCRC), resultou na prisão de Bruno Belo da Silva Januário, 26 anos, durante a tarde de sábado no município de Colinas. A prisão do suspeito foi em cumprimento a um mandado de prisão expedido pela juíza da Comarca de Açai-

lândia.

Com Bruno os policiais encontraram uma pistola calibre 380 carregada e várias munições de revólver calibre 38. Além do armamento, os agentes acharam uma chave micha, que é utilizada para destravar qualquer veículo. Na delegacia, ele confessou ter envolvimento em vários assaltos a caminhões no estado e ainda contou detalhes sobre o assalto ocorrido na BR-222 no final do mês de julho. O sus-

peito é apontado pela polícia como membro de uma quadrilha interestadual especializada em roubo de cargas e caminhões, e além de responder pela participação em vários assaltos, ainda foi autuado por porte ilegal de armas.

Mesmo com a prisão de Bruno, os policiais do DCRC permanecerão na região realizando operações no interior do estado, a fim de identificar e prender outros suspeitos de participação na quadrilha.

TJ recebe denúncia contra prefeito de São Benedito do Rio Preto

O prefeito de São Benedito do Rio Preto (212 km de São Luis), José Creomar de Mesquita Costa, responderá ação penal perante o TJ, em razão de atraso na prestação de contas do exercício financeiro de 2008.

O prefeito foi denunciado pelo Ministério Público Estadual, acusado de não ter prestado as contas do município ao Tribunal de Contas do Estado (TCE), que o considerou inadimplente.

Creomar Costa informou que realizou a prestação de contas ao TCE sete dias após o fim do prazo, em 22 de abril de 2009, com o regular pagamento da multa estipulada. A defesa alegou ainda que o prefeito deveria ser inocentado porque não teve intenção de prejudicar o erário.

A Procuradoria Geral de Justiça, em parecer, entendeu

que a apresentação das contas em atraso não desconfigura o crime previsto no Decreto-lei 201/67.

Os desembargadores Benedito Belo (relator) e Joaquim Figueiredo votaram pelo recebimento da denúncia, considerando que o simples atraso na prestação de contas é suficiente para configuração do delito. Eles também entenderam que a necessidade ou não da condenação do gestor será analisada na instrução processual, onde poderá provar sua inocência.

O desembargador José Bernardo Rodrigues votou pela rejeição da denúncia, por considerar que o ato do prefeito foi insuficiente para causar qualquer prejuízo ao erário ou à população, uma vez que corrigiu a falha e apresentou a prestação de contas antes do oferecimento da denúncia.

PROBLEMA DA SEGURANÇA É DISPUTA DE PODER

Os inúmeros problemas existentes dentro da Secretaria de Segurança Pública começaram a emergir depois do assassinato de 18 presos dentro do cárcere. A disputa de poder dentro da pasta toma dimensões graves, o que contribui decisivamente para a inércia da polícia na prevenção e repressão a violência na capital e no Estado. Uma instituição que se mostra incapaz de garantir a ordem, o respeito e muito mais a vida de pessoas no cárcere, pode-se perfeitamente deduzir que está prestes a falência. Infelizmente o secretário Aluisio Mendes é assessorado por um grupo liderado por um delegado que à época dos desembargadores Jorge Rachid e Etelvina Gonçalves, como presidente do Tribunal de Justiça foi denunciado como torturador de presos e que mantinha negócios de comércio dentro do complexo penitenciário. São imputadas a ele muitas articulações que visam prejudicar agentes penitenciários, se constituindo como uma espécie de algoz, principalmente agora que é um dos conselheiros do Secretário de Segurança Pública.

QUEREM RESPONSABILIZAR AGENTES PENITENCIÁRIOS

Por ocasião de denúncias contra o então Secretário Adjunto de Administração Penitenciária, Carlos James Moreira Silva, feitas por uma entidade da sociedade civil, o secretário Aluisio Mendes imediatamente o demitiu com a governadora Roseana Sarney como reconhecimento da materialidade de crimes imputados à sua pessoa. O Ministério Público e a Secretaria de Segurança Pública fizeram um trabalho conjunto para apurar as responsabilidades, tendo ao final os promotores de justiça solicitado o arquivamento do inquérito por falta de provas. No entanto, dentro da Secretaria de Segurança, o delegado Paulo Marcio não encerrou o inquérito. As declarações do secretário Aluisio Mendes, de que fatores externos foram responsáveis pela rebelião e que iria acionar o serviço de inteligência para averiguar, se constituiu numa demonstração clara do despreparo para um cargo importante. O serviço de inteligência deveria ter sido acionado e mantido constantemente para a prevenção, o que teria evitado 18 mortes e a banalização da vida dentro do cárcere. A verdade é que existem especulações de que o grupo que orienta o titular da pasta já teria nomes com articulações de testemunhas forjadas para responsabilizar agentes penitenciários, dentre os quais estariam César Bombeiro e Carlos James Moreira Silva. O Sindicato dos Agentes Penitenciários deve tomar uma posição pública diante dos fatos. É bom lembrar que o César Bombeiro já recebeu dentro da Segurança Pública punições de 70 dias por duas vezes por denúncias de ilicitudes forjadas dentro da instituição, segundo ele afirma. A se manter a situação atual, o governo se prepare para ver o crescimento da violência no Estado, as rebeliões dentro dos cárceres na capital e no interior e as manifestações públicas diante uma barbárie que pode se instalar no Maranhão, caso não se acabe com as disputas internas dentro da Secretaria de Segurança Pública.

INTERIORIZAÇÃO

Poder Judiciário instala juizado especial em Codó

O Tribunal de Justiça instalou, na tarde de ontem, segunda-feira, 22, o Juizado Especial Cível e Criminal de Codó, comarca de entrância intermediária, situada a 303 km de São Luís. O órgão vai receber e julgar, de início, 1.892 processos oriundos das três varas existentes.

A sede do juizado foi instalada no Fórum local, em uma sala de 31,78m², estruturada com balcão de atendimento ao público, computadores, aparelho de digitalização de documentos e arquivo equipado com armários e estantes de aço para acondicionar os autos.

Para a inauguração solene, as dependências do Fórum "Desa. Etelvina Ribeiro Gonçalves", inaugurado em 2003, também receberam melhorias, como a revisão das esquadrias, luminárias, instalações elétricas e de telefonia e pintura geral, externa e interna. O Salão do Júri foi dotado de mais assentos para abrigar o público que assiste às sessões de julgamento.

O presidente do TJMA, desembargador Jamil Gedeon, presidiu a solenidade, ao lado da dire-

tora do fórum, juíza Stela Muniz Braga, dos desembargadores José Bernardo, Ouvidor; Lourival Serejo, diretor da Escola da Magistratura; da juíza Francisca Galiza, coordenadora dos juzados especiais, representando a Corregedoria Geral da Justiça e do juiz de Timbiras, Carlos de Arruda Mont'alverne, que responderá temporariamente pelo juizado.

Ao instalar o juizado, o presidente do TJMA informou que o órgão irá atender à população mais carente de Codó, com serviços totalmente informatizados e em boas instalações.

Codó, comarca de termo judiciário único, situada na região dos Cocais, possui uma população de 113.937 habitantes distribuída em 16 bairros. Alguns povoados ficam localizados a mais de 100km da sede.

A juíza Stela Muniz, diretora do fórum, agradeceu o empenho do Tribunal, na pessoa do presidente, e da Corregedoria, por meio do corregedor, para garantir a instalação do órgão, ressaltando que "o Poder Judiciário será fortalecido e a comunidade, valorizada". O juiz Mont'alverne destacou que o ato representa "mais um pas-

so da presidência do Tribunal no projeto de desenvolvimento da Justiça de primeira instância". A juíza coordenadora dos juzados ressaltou, por sua vez, que a Justiça torna-se mais próxima do cidadão e por isso, mais efetiva.

LEI - O juizado local foi criado pela Lei Complementar N° 104 de 2006, sendo autorizada a sua instalação pelo colegiado em 25 de julho do ano seguinte. Com o juizado autônomo de Codó, a Justiça estadual passa a contar com 30 juzados especiais, sendo 13 no interior e 17 na capital.

Além das autoridades mencionadas, assinaram a ata de instalação do Juizado o prefeito municipal, José Rolim, o promotor Alenilton Santos da Silva, representando a diretoria das promotorias de Justiça; o presidente da subseção da OAB-MA, Francisco Mendes de Sousa, e a diretora da Corregedoria, Sumaia Heluy.



Ato de instalação do juizado

JUSTIÇA

2ª Vara de Santa Inês realiza seis júris

A juíza Larissa Rodrigues Tupinambá Castro, titular da 2ª vara de Santa Inês, vai presidir durante esta semana série de seis julgamentos, todos relativos a processos da Meta 2 do Conselho Nacional de Justiça, que prevê o julgamento de processos distribuídos até dezembro de 2007. Todos os acusados respondem por homicídio.

A série de julgamentos, que iniciou ontem, 22, prossegue hoje, 23, com o julgamento de de Antônio Joacy Pinho. Amanhã, 24, acontece o julgamento de Ivaldo Santos Costa.

Na quinta, serão dois jú-

ris. O primeiro, pela manhã, será de José de Ribamar Dias Costa. Na parte da tarde, o réu é James Lima Oliveira. Encerrando a série, na sexta acontece o julgamento de Milton Nascimento Pires.

Segundo informações da comarca, vários procedimentos estavam paralisados com a proibição de promover júri de réu foragido. Com a alteração legislativa, os julgamentos voltaram a ocorrer. Com a iniciativa, a juíza Larissa Rodrigues Tupinambá Castro pretende sanear a Vara no que se refere às ações criminais que processam crimes contra a vida.

SÃO BENEDITO DO RIO PRETO

O prefeito de São Benedito do Rio Preto (212 km de São Luis), José Creomar de Mesquita Costa, responderá ação penal perante o TJ, em razão de atraso na prestação de contas do exercício financeiro de 2008.

O prefeito foi denunciado pelo Ministério Público Estadual, acusado de não ter prestado as contas do município ao Tribunal de Contas do Estado (TCE), que o considerou inadimplente.

Creomar Costa informou que realizou a prestação de contas ao TCE sete dias após o fim do prazo, em 22 de abril de 2009, com o regular pagamento da multa estipulada. A defesa alegou ainda que o prefeito deveria ser inocentado porque não teve intenção de prejudicar o erário.

PROCURADORIA

A Procuradoria Geral de Justiça, em parecer, entendeu que a apresentação das bcontas em atraso não desconfigura o crime previsto no Decreto-lei 201/67.

Os desembargadores Benedito Belo (relator) e Joaquim Figueiredo votaram pelo recebimento da denúncia, considerando que o simples atraso na prestação de contas é suficiente para configuração do delito. Eles também entenderam que a necessidade ou não da condenação do gestor será analisada na instrução processual, onde poderá provar sua inocência.

O desembargador José Bernardo Rodrigues votou pela rejeição da denúncia, por considerar que o ato do prefeito foi insuficiente para causar qualquer prejuízo ao erário ou à população, uma vez que corrigiu a falha e apresentou a prestação de contas antes do oferecimento da denúncia.



**ESTADO DO MARANHÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

**AVISO DE SUSPENSÃO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO N° 59/2010
Processo n°. 30.082/10**

A Divisão de Licitação e Contratos do Tribunal de Justiça do Maranhão torna pública a **SUSPENSÃO** do Pregão Eletrônico n°. 59/2010, referente à **aquisição de licenças de uso do software MS Project 2010**, para adequação da quantidade.

Neste sentido, a abertura das propostas definida para o dia 12.11.2010, às 11:00 h (Horário de Brasília), fica cancelada e a nova data para a abertura da sessão pública será no dia 06.12.2010, às 11:00h (Horário de Brasília).
São Luís, 22 de novembro de 2010.

FLÁVIA GOMES XIMENES ARAGÃO
Pregoeira Oficial – TJ/MA

Rápidas

270 casais
participarão
de casamento
comunitário
em Olho
d'Água
das Cunhãs

Fórum

O corregedor-geral da Justiça, Antonio Guerreiro Júnior, pediu à diretoria de engenharia do Tribunal de Justiça reparos na instalação elétrica do fórum de Bacabal e pintura do prédio. O primeiro caso envolve diretamente a segurança de servidores e juizes, e do fórum. As deficiências foram relatadas por magistrados da comarca durante correição naquela unidade jurisdicional, dias 26 e 27 de outubro, e confirmadas pelo juiz auxiliar da Corregedoria, José Nilo Ribeiro Filho. Os problemas detectados em outros fóruns também foram informados ao TJ.

Armamento apreendido pela polícia será destruído

O 24º Batalhão de Caçadores (24º BC) destruirá hoje, às 8h, na Passarela do Samba, em São Luís, mais um lote de armas ilegais apreendidas em todo o estado em parceria com os órgãos de segurança pública do Maranhão. Na ocasião, será realizada também a formatura de oficiais do batalhão. As armas apreendidas pelas polícias Federal, Civil e Militar em diversas regiões do estado serão esmagadas por um rolo compressor no Aterro do Bacanga, esta manhã.

O comando do 24º BC não divulgou a quantidade exata, nem o tipo de armamento que será destruído esta manhã por motivos de segurança, mas, segundo o major Marco Lobão, responsável pela operação, o número está na média dos últimos anos. Em 2008, foram destroçadas 1.436 armas e em 2009 foram 1.500. "Esse número crescente não significa que a criminalidade aumentou, mas que o trabalho da justiça

está mais célere", afirmou o major Lobão.

Entre os equipamentos apreendidos estão carabinas, revólveres, pistolas e outros tipos de armamentos que foram retirados de circulação durante o combate a assaltos e crime organizado. "Todo o armamento que será destruído amanhã [hoje] já está embalado segundo as normas de segurança da instituição e o lacre só será aberto amanhã no local onde a operação será executada. Independentemente disso, ainda estão sendo encaminhadas armas para nós, cujo descarte deve ficar para uma nova operação, a depender da nossa logística amanhã", informou major Lobão.

As armas que serão esmagadas esta manhã foram apreendidas em operações realizadas pelas Polícias Civil, Militar e Federal, além daquelas que faziam parte de processos judiciais que já foram encerrados.

Clic!

Fotos/Divulgação



O III CONGRESSO Internacional do Instituto Brasileiro de Direito de Família e o II Congresso Internacional de Direitos Fundamentais, realizados recentemente (de 10 a 12 de novembro, no Centro de Convenções de Maceió) reuniram operadores do Direito e renomados palestrantes do Brasil e do exterior. Entre eles a desembargadora aposentada do Rio Grande do Sul, doutrinadora consagrada e advogada, Maria Berenice Dias, que encerrou o evento com uma palestra sobre o direito constitucional à felicidade. Maria Berenice Dias, que é colaboradora fixa da Revista Leis e Letras - Direito e Informação, aproveitou a oportunidade para mobilizar membros da delegação maranhense para que ajudem o Instituto Brasileiro de Direito de Família a criar em nosso Estado a Comissão da Diversidade Sexual e Direito Homoafetivo. Para isso Maria Berenice Dias espera contar com a ajuda da OAB, do Poder Judiciário, dos operadores de Direito e de toda a sociedade do Maranhão. Nas fotos Maria Berenice Dias aparece ladeada por Patrícia Santiago e pela juíza Andréa Perlmutter Lago, que responde atualmente pela Quarta Vara de Família de São Luís

"A cada ano, o número de armas apreendidas e destruídas cresce. Isso é reflexo do trabalho mais eficaz dos órgãos de Justiça em todo o estado"

Major Marco Lobão, responsável pela operação de destruição de armas



Juizado

O Tribunal de Justiça instalou, na tarde de ontem, o Juizado Especial Cível e Criminal de Codó, comarca de entrância intermediária, situada a 303 km de São Luís. O órgão vai receber e julgar, de início, 1.892 processos oriundos das três varas existentes. A sede do juizado foi instalada no Fórum local, em uma sala de 31,78 m², estruturada com balcão de atendimento ao público, computadores, aparelho de digitalização de documentos e arquivo equipado com armários.

Proibido

A juíza Luiza Medeiros, da 1ª Vara da Fazenda Pública, suspendeu ontem, liminarmente, a candidatura do reitor da Uema, José Augusto Oliveira.

A juíza acatou pedido do também candidato Henrique Mariano Amaral, sob argumento de que o Estatuto da Uema não permite duas reeleições para o mesmo cargo - da decisão, cabe recurso ao Tribunal de Justiça.

A eleição na Uema ocorre nesta quarta-feira.

Novo foco

Tão logo a notícia da liminar ganhou gabinetes e corredores da Uema, os outros candidatos intensificaram suas campanhas.

Com Augusto Oliveira fora da disputa, a briga pelo comando da instituição ganha novo desenho, sendo agora focada principalmente entre Henrique Mariano e Almeida.

A decisão judicial fez um estrago e tanto no projeto do reitor.

Rápidas

2ª Vara de
Santa Inês
realiza seis
júris até
sexta-feira

Seis índios guajajaras são presos em operação da PF

Indígenas e mais um homem que morava na Reserva Canabrava, entre Grajaú e Barra do Corda, foram presos em cumprimento a antigos mandados. Nativos são acusados de crimes como estupro, roubo e tráfico de drogas. **Polícia 6**

Biné Morais



Policial federal conduz um dos índios presos entre Grajaú e Barra do Corda até a sede da corporação

Índios guajajaras são presos na 'Operação Barra Limpa', da PF

Ao todo, seis índios e um outro homem que morava na Reserva Cana Brava, situada entre as cidades de Grajaú e Barra do Corda, foram presos durante a ação que tinha como objetivo cumprir 36 mandados de prisão contra os indígenas

Saulo Maclean
Da editoria de Polícia

A Polícia Federal do Maranhão prendeu, na madrugada de ontem, seis índios guajajaras e um branco que estavam foragidos na Reserva Canabrava, localizada entre as cidades de Grajaú e Barra do Corda. A ação policial, batizada de "Operação Barra Limpa", foi deflagrada em cumprimento a antigos mandados de prisões preventiva e temporária, que só vieram à tona após a repercussão que teve a interdição da BR-226, no início deste mês. Na chegada da polícia, um indígena já estava preso.

Os indígenas chegaram a São Luís, no fim da tarde, e foram conduzidos até a sede da Superintendência Regional da PF, na Cohama. Escortados por homens da Força Nacional, em um microônibus, eles prestaram depoimentos à especializada. Segundo o delegado Luis André de Almeida, que coordenou a operação, e também é chefe da Delegacia de Repressão a Crimes Contra o Meio Ambiente e Patrimônio Histórico, os nativos são acusados de crimes graves, praticados naquela rodovia.

"Não é de hoje que os indígenas daquela região praticam crimes como estupro, roubo, tráfico de drogas, e até homicídios qualificados. Por se tratar de uma área de difícil acesso, onde caminhoneiros são cons-

tantemente obrigados a pagar pedágios, os indígenas se aproveitam da falsa cultura de serem 'inimputáveis'. Porém, contamos também com a ajuda de outros índios que, insatisfeitos com a situação, resolveram entregar os irmãos de etnia", explicou Almeida.

Trabalharam, ao todo, nesse primeiro momento da operação 50 policiais, sendo 30 da Força Nacional, 15 da Polícia Federal, um policial civil, e quatro policiais militares do Batalhão de Barra do Corda. Conforme divulgou a PF, existem 36 mandados judiciais para serem cumpridos naquela reserva, que abriga duas comunidades guajajaras. Entre as ordens da Justiça, a polícia já confirmou o óbito de três indígenas, faltando, portanto, 25 a serem efetivados.

Antes mesmo da chegada dos indígenas à capital, o superintendente da PF no Maranhão, Fernando Segóvia, fez questão de esclarecer que os índios procurados pela Justiça responderão de forma igualitária a qualquer cidadão comum. Segóvia também chamou a atenção para a atuação ilegal dos membros das aldeias próximas àquela rodovia. Segundo o superintendente, os crimes praticados por eles já viraram um problema de segurança pública.

"O papel da PF nesta operação é apenas o de auxiliar um trabalho que poderia ser feito por qualquer outra polícia do estado. É preciso desmi-

tificar a idéia de que as reservas indígenas só podem ser acessadas por representantes federais. Esses mandados judiciais já deveriam ter sido cumpridos há um ano e meio, entretanto, só agora, com a intervenção da governadora Roseana Sarney, junto ao Ministério da Justiça, é que estão sendo executados", pontuou o superintendente da PF.

Até o fechamento desta edição, a Superintendência da PF informou que os seis indígenas (que não tiveram os nomes divulgados) seguiriam para a Central de Custódia de Pesos de Justiça (CCPJ) do Anil. Antes disso, uma equipe de peritos de Instituto de Criminalística (Icrim) foi convidada a se deslocar até a sede da SRPF para submeter os indígenas a exames de corpo de delito. A PF informou também que o único conduzido branco reside na reserva há muito tempo.



Índios e homem que vivia em reserva (abaixo à direita) presos pela PF não tiveram seus nomes revelados até o fechamento desta edição

Mais

Hoje, outras equipes de capturas, formada pela PF, Força Nacional, Polícia Civil e Polícia Militar, retornarão às comunidades indígenas, próximas à BR-226. O objetivo é dar continuidade aos trabalhos e cumprir o máximo de mandados de prisões possíveis. "Apesar das dificuldades, estamos considerando os trabalhos de busca bastante positivos. Em muitos mandados, por exemplo a participação de outros índios está sendo fundamental", disse Segóvia.



TJ recebe denúncia contra prefeito de São Benedito do Rio Preto

O prefeito de São Benedito do Rio Preto (212km de São Luis), José Creomar de Mesquita Costa, responderá ação penal perante o TJ, em razão de atraso na prestação de contas do exercício financeiro de 2008.

O prefeito foi denunciado pelo Ministério Público Estadual, acusado de não ter prestado as contas do município ao Tribunal de Contas do Estado (TCE), que o considerou inadimplente.

Creomar Costa informou que realizou a prestação de contas ao TCE sete dias após o fim do prazo, em 22 de abril de 2009, com o regular pagamento da multa estipulada. A defesa alegou ainda que o prefeito deveria ser inocentado porque não teve intenção de prejudicar o erário.

A Procuradoria Geral de Justiça, em parecer, entendeu que a

apresentação das contas em atraso não desconfigura o crime previsto no Decreto-lei 201/67.

Os desembargadores Benedito Belo (relator) e Joaquim Figueiredo votaram pelo recebimento da denúncia, considerando que o simples atraso na prestação de contas é suficiente para configuração do delito. Eles também entenderam que a necessidade ou não da condenação do gestor será analisada na instrução processual, onde poderá provar sua inocência.

O desembargador José Bernardo Rodrigues votou pela rejeição da denúncia, por considerar que o ato do prefeito foi insuficiente para causar qualquer prejuízo ao erário ou à população, uma vez que corrigiu a falha e apresentou a prestação de contas antes do oferecimento da denúncia.

■ Polvorosa

A chegada do pessoal da Corregedoria Geral e Justiça (CGJ) na semana passada, na cidade de Tutóia, deixou o comando municipal em polvorosa. Vereadores, secretários municipais e o próprio prefeito Raimundo Nonato Baquil, o Diringa (PSDB), confundiram os veículos e a equipe da CGJ do Tribunal de Justiça (TJ-MA), com o pessoal da Controladoria Geral da União (CGU).

■ Em retirada

Assessores e correligionários de Raimundo Baquil não tiveram dúvida ao avistarem a comitiva da CGJ se aproximando da cidade de Tutóia - num comboio com muitos veículos de cor preta - e anunciaram que era a CGU e a Polícia Federal. CGU e Polícia Federal espalhavam. Em ato contínuo, Raimundo Baquil, secretários e vereadores aliados bateram em retirada da cidade. A movimentação de lanchas e camionetas foi intensa na noite em que a equipe da CGJ chegou à Tutóia.

CASAMENTO COMUNITÁRIO

Mais de 250 casais em Olho d'Água das Cunhãs

Em Olho d'Água das Cunhãs, 270 casais dirão o "sim" no casamento comunitário que será realizado em 16 de dezembro, às 16h, na sede da Secretaria de Assistência Social do município.

Com o fim das inscrições, no último dia 17, teve início a etapa de habilitação dos noivos, quando os documentos são analisados e os nubentes declarados definitivamente habilitados. Na próxima semana, o comércio receberá ofício da juíza titular da comarca, Josane Braga, solicitando brindes para serem distribuídos entre os noivos.

Exame - De acordo com a magistrada, os inscritos já tiveram atendimento médico nos postos de saúde e hospital municipal, que incluiu exames pré-nupciais (DST, Aids e outros), proporcionado em parceria com a administração de Olho d'Água das Cunhãs.

As noivas gestantes tiveram atendimento diferenciado. Foram encaminhadas para tratamento Pré-Natal também disponibilizado com a parceria.

Queima de fogos, bolo, decoração, coquetel, brindes, show com banda musical, bênçãos de padre e pastor e exibição de um vídeo com as etapas preparatórias do evento, finalizado com uma men-

Na próxima semana, o comércio receberá ofício da juíza titular da comarca, Josane Braga, solicitando brindes para serem distribuídos entre os noivos.

sagem do corregedor-geral da Justiça, Antonio Guerreiro Júnior, constam na programação da festa.

Os comerciantes locais estão animados com as festas, jantares e eventos programados por casais para comemorar o casamento. "O casamento comunitário está mexendo com a economia local", afirma Josane Braga.

Em uma casa de aluguel de roupas, até a semana passada, oito noivas reservaram trajes nupciais. "Fora as roupas de festa alugadas por outras", completa a juíza.

Cinco magistrados de outras comarcas irão auxiliar na celebração. Segundo a juíza, o presidente do Tribunal de Justiça, Jamil Gedeon, prestigiará o evento.

MPE DENUNCIA PREFEITO DE SÃO BENEDITO DO RIO PRETO

O prefeito é acusado de não ter prestado as contas do município ao Tribunal de Contas do Estado (TCE)

O prefeito de São Benedito do Rio Preto (212 km de São Luis), José Creomar de Mesquita Costa, responderá ação penal perante o TJ, em razão de atraso na prestação de contas do exercício financeiro de 2008. **(Página 03)**

TJ recebe denúncia contra prefeito de São Benedito do Rio Preto

O prefeito foi denunciado pelo MPE, acusado de não ter prestado as contas do município ao Tribunal de Contas do Estado (TCE), que o considerou inadimplente

O prefeito de São Benedito do Rio Preto (212 km de São Luis), José Creomar de Mesquita Costa, responderá ação penal perante o TJ, em razão de atraso na prestação de contas do exercício financeiro de 2008.

O prefeito foi denunciado pelo Ministério Público Estadual, acusado de não ter prestado as contas do município ao Tribunal de Contas do Estado (TCE), que o considerou inadimplente.

Creomar Costa informou que realizou a prestação de contas ao TCE sete dias após

o fim do prazo, em 22 de abril de 2009, com o regular pagamento da multa estipulada. A defesa alegou ainda que o prefeito deveria ser inocentado porque não teve intenção de prejudicar o erário.

A Procuradoria Geral de Justiça, em parecer, entendeu que a apresentação das contas em atraso não desconfigura o crime previsto no Decreto-lei 201/67.

Os desembargadores Benedito Belo (relator) e Joaquim Figueiredo votaram pelo recebimento da denúncia, considerando que o simples atraso na

prestação de contas é suficiente para configuração do delito. Eles também entenderam que a necessidade ou não da condenação do gestor será analisada na instrução processual, onde poderá provar sua inocência.

O desembargador José Bernardo Rodrigues votou pela rejeição da denúncia, por considerar que o ato do prefeito foi insuficiente para causar qualquer prejuízo ao erário ou à população, uma vez que corrigiu a falha e apresentou a prestação de contas antes do oferecimento da denúncia.



Prefeito José Creomar Costa

CAÇADA NA ALDEIA

OPERAÇÃO POLICIAL CUMPRE 36 MANDADOS DE PRISÃO
NA RESERVA CANABRAVA. OITO ÍNDIOS JÁ ESTÃO PRESOS

PÁGINA 11

Arrastão de indígenas

Polícia Federal entra em aldeia Guajajara para cumprir 36 mandados de prisão por assaltos, sequestros, estupros e tráfico e prende oito

SANDRA VIANA

Oitos índios da aldeia Canabrava estão detidos na sede da Polícia Federal e devem ser encaminhados ao Centro de Custódia de Presos de Justiça (CCPJ), no Anil, hoje. As prisões são parte da Operação Barra Limpa e foi realizada para fazer cumprir 36 mandados, onde pesam contra os indígenas acusações de assaltos, sequestros, estupros e tráfico de drogas. Os indígenas foram presos em Barra do Corda, na madrugada de ontem. Entre os detidos, um não-branco. Estes presos seriam os mais perigosos de um bando que vem praticando crimes na região. Entre ele há acusados de estupro, tráfico de drogas e homicídio. Os indígenas ficarão presos por pelo menos 30 dias à espera de decisão da justiça quanto às acusações. Os interrogatórios vão ser conduzidos pela Polícia Civil de Barra do Corda. Todos os presos estiveram envolvidos na interdição da BR-226, que culminou com cinco índios e um delegado feridos.

Os próprios caciques ajudaram a polícia a prender os indígenas, alegando serem estes os responsáveis pelos crimes ocorridos no trecho da BR que compreende a aldeia. Às 2h da madrugada de ontem, policiais da Federal entraram na vasta área, que abriga 46 aldeias e passa em três municípios – Barra do Corda, Grajaú e Jenipapo do Vieiras. Por volta das 10h os oito acusados fo-

ram localizados e detidos. Com o apoio dos caciques a polícia conseguiu identificar os acusados e junto à polícia civil da região procedeu as buscas e prisões. “Os índios não resistiram quando viram não poder ir contra os chefes da aldeia, que os apontaram como acusados”, disse o delegado e coordenador da operação, Luís André Almeida.

Dos procurados, restam ainda 28 ainda foragidos. Por se tratar de amplo a área da aldeia e dificuldades em identificar os indígenas pelos nomes, a polícia não conseguiu prender todos os citados mandados. Agora, os mandados cujas prisões não foram efetuadas, retornam à justiça que deve decidir sobre novos pedidos de prisão. A Polícia Civil local vai dar continuidade à identificação dos demais índios acusados. Os mandados a serem cumpridos datavam de dois anos e por questões de lei a Polícia Civil, que investigava as denúncias contra os índios, não tinha autorização legal para adentrar a área. O acesso é permitido à Polícia Federal, por se tratar de área de reserva protegida. Após uma determinação do Ministério da Justiça, durante a interdição da BR 226, a PF entrou no caso e prestou apoio à operação viabilizando à Polícia a Civil a entrada na aldeia. A prisão dos índios foi revelada em coletiva na tarde de ontem.

As denúncias contra os índios começaram a ser investigadas ano

passado pela Delegacia Regional de Barra do Corda. A principal denúncia trata de assaltos regulares praticados por índios na área da reserva. Os assaltos ocorreriam na média de um a cada dois dias, segundo a polícia. Ainda de acordo com as denúncias, os índios agrediam as vítimas, roubavam e agiam usando capuz para não serem identificados. Cargas, pertences de passageiros e um caminhão consta dos roubos. A polícia possui flagrantes de assaltos em Barra do Corda, Presidente Dutra e relatos de caminhoneiros atacados na barreira em Grajaú. Os índios sempre negavam a autoria dos crimes, mas os caciques entregaram à polícia os que seriam chefes da quadrilha criminosa que agia impune na região. Além das prisões, a operação procurava apreender armas e drogas.

“Os índios não resistiram quando viram não poder ir contra os chefes da aldeia, que os apontaram como acusados”

LUÍS ANDRÉ ALMEIDA,
delegado da PF e coordenador da operação,

Editorial

Fraude cartorial

A semana se inicia com a governadora em Brasília e com a notícia alvissareira de que a Justiça, finalmente, decidiu investigar a fraude cartorial no Maranhão, noticiada e avaliada publicamente durante décadas sem que nada fosse feito para conter o avanço desse crime.

O desembargador Guerreiro Júnior autorizou a realização de operação nesse sentido em pelo menos dez cartórios do Maranhão, através de uma força-tarefa constituída de técnicos da Corregedoria e auxiliada pela Polícia Federal. Com essa decisão, a Justiça maranhense toma uma posição definitiva para conter a monumental fraude existente no Estado em registros civis, de imóveis e outros documentos.

Sempre houve a suspeita de que os cartórios maranhenses serviram à grilagem, apropriação indébita de terras do Estado, possibilitando, assim, o expurgo de lavradores e sendo responsáveis pelo êxodo rural que inchou a maioria das cidades maranhenses. Muita gente parece ter encontrado nos cartórios um caminho para o enriquecimento ilícito e eles, os cartórios, parecem ter contribuído propositadamente para fraudar o INSS com a criação de aposentadorias fictícias.

Depois das eleições de 2010, descobriu-se um monumental volume de falsificação de registros civis no objetivo de produzir títulos de eleitores falsos e mudar o resultado das eleições. Essa farra pode acabar, pois o desembargador Guerreiro Júnior demonstra toda disposição de encontrar o fio da meada de todas essas fraudes. Há cartórios que já se encontram sob intervenção, como o de Montes Altos onde a juíza Lucrecia Barbosa afastou o titular Antônio Gomes Souza Neto. Em outros cartórios, os oficiais registradores estão sob processo administrativo, como os de Brejo e Anapurus.

O que pode sair desse processo correccional é o histórico de uma fraude monumental que atravessou os anos, avançou sobre terras do Estado, tornou grileiros ricos e mudou o resultado de muitas eleições.

Os sinais em evidência preocupam porque a própria história do Estado pode ter sido mudada nos cartórios. A Anoreg, uma associação responsável por cartórios, suspeita que 300 mil certidões de nascimento foram fraudadas para tirar título de eleitor. A Polícia Federal encontrou, somente no município de Timbiras, que concorreu para a abstenção com inexplicáveis 35 % de seus eleitores, 1.434 certidões suspeitas. Em São Luís, a Corregedoria-Geral da Justiça encaminhou à Polícia Federal mais de 17 mil certidões também suspeitas.

É, de todo modo, imprescindível que essas investigações não sejam detidas a meio caminho, pois em seus primeiros passos já indicam a existência de uma máfia criminosa cujo objetivo é lesar o Estado e que pode estar atuando há muito tempo no Maranhão, alterando o direito de propriedade, modificando o resultado das eleições e lesando também o governo Federal através da criação de aposentadorias.

Casamento comunitário e Mutirão da Previdência agitam Colinas

Casamento comunitário e Mutirão da Previdência agitam a Comarca de Colinas na próxima semana. Para o casamento, no dia 23, mais de 500 casais já se inscreveram, informa o juiz Marcelo Oka, titular da comarca e à frente das duas iniciativas.

A cerimônia, que conta com o apoio da Corregedoria Geral da Justiça na viabilização do buffet e de camisas temáticas, terá início às 19h, na Praça Dias Carneiro. Decoração, bolo e distribuição de brindes aos noivos estão na lista de atrações da festa.

Os juízes Mirella Freitas (Paraibano), Clenio Correa (São Domingos do Maranhão), Aureliano Ferreira (Sucupira do Norte), Silvio Nascimento (Pastos Bons), Marcelo Moreira (Santo Antonio

dos Lopes), Iran Kurban Filho (Passagem Franca) e Gisa Mendonça (Mirador) irão auxiliar Marcelo Oka na celebração dos casamentos.

Previdência – O Mutirão da Previdência (22 a 26 deste mês) prevê 238 audiências, das quais 30 em Colinas, 86 em São Domingos, 59 em Paraibano e 63 em Pastos Bons.

Constam nas audiências processos não-julgados no mutirão do mesmo tipo realizado em junho. Aposentadoria por invalidez, auxílio doença, salário maternidade e aposentadoria por idade dominam a pauta. Para agilizar o trabalho, os juízes das quatro comarcas e o procurador do INSS Marcio Amorim participarão da ação.

Casamento em Olho d'Água das Cunhãs tem 270 casais inscritos

Um total de 270 casais dirá o "sim" no casamento comunitário que a comarca de Olho d'Água das Cunhãs realiza em 16 de dezembro, às 16h, na sede da Secretaria de Assistência Social do município. Com o final das inscrições, no dia 17, teve início a etapa de habilitação dos noivos, quando os documentos são analisados e os nubentes declarados definitivamente habilitados.

Na próxima semana, o comércio receberá ofício da juíza titular da comarca, Josane Braga, solicitando brindes para serem distribuídos entre os noivos.

Exames – De acordo com a magistrada, os inscritos tiveram atendimento médico nos postos de saúde e hospital municipal, e que incluiu exames pré-nupciais (DST, Aids e outros), proporcionado em parceria com a

administração de Olho d'Água das Cunhas.

As noivas gestantes tiveram atendimento diferenciado. Foram encaminhadas para tratamento Pré-Natal também disponibilizado com a parceria.

Cinco magistrados de outras comarcas irão auxiliar na celebração. Segundo a juíza, o presidente do Tribunal de Justiça, Jamil Gedeon, prestigiará o evento.

Corregedor pede melhorias para Fórum de Bacabal

O corregedor-geral da Justiça, Antonio Guerreiro Júnior, pediu à diretoria de engenharia do Tribunal de Justiça reparos na instalação elétrica do fórum de Bacabal e pintura do prédio. O primeiro caso envolve diretamente a segurança de servidores e juízes, e do fórum.

As deficiências foram relata-

das por magistrados da comarca durante correição naquela unidade jurisdicional, dias 26 e 27 de outubro, e confirmadas pelo juiz auxiliar da Corregedoria, José Nilo Ribeiro Filho.

Os problemas detectados em outros fóruns também foram informados ao TJ, com pedido de providências.

SUPOSTOS DESVIOS DE CONDOTA

Sociedade civil de Dom Pedro faz ato hoje em repúdio a juiz

E surge outra denúncia contra Thales Ribeiro: dívida de agiotagem descontada em contracheque

POR OSWALDO VIVIANI

Entidades que representam a sociedade civil do município de Dom Pedro (a 324 km de São Luís), articuladas com o Tribunal Popular do Judiciário/Observatório da Justiça e Cidadania, realizam hoje, às 17h, um ato público em repúdio ao juiz da comarca, Thales Ribeiro de Andrade, acusado por supostos desvios de conduta no exercício da função. O protesto de hoje acontecerá na Praça do Fórum, no centro de Dom Pedro. Entre as entidades que participarão do ato estão o Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Dom Pedro (Sinserpdom), redes e fóruns de cidadania, a Federação dos Trabalhadores em Serviço Público Municipal, além das pastorais sociais da região.

Durante o ato, as entidades formalizarão seu apoio a um abaixo-assinado, com o objetivo de fundamentar representação formulada ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ) contra o magistrado, para que o órgão apure as denúncias de irregularidades envolvendo Thales Ribeiro e encaminhe as providências devidas.

Na denúncia mais conhecida contra o juiz, ele é acusado de, a pedido da prefeita municipal [Arlene Costa, do PDT], determinar à polícia, em 1º de outubro passado, o cumprimento de um mandado de busca e apreensão, executando ação ordinária proposta pelo município contra o Sinserpdom. A operação culminou com a apreensão de uma moto de Ivanildo Rosa Sobral, cunhado de Vera Lúcia Alves Pereira, presidente da entidade. O juiz afirmou posteriormente, numa entrevista à imprensa, que devolveria a moto, mas até agora isso não ocorreu.

A execução foi em decorrência de o juiz ter declarado irregular uma greve deflagrada pelos professores de Dom Pedro – que durou 27 dias (1º a 27 de setembro). Vera Alves revelou que a apreensão do veículo foi uma maneira encontrada pelo magistrado de cobrar uma dívida de R\$ 70 mil, aplicada contra ela, referente a uma multa diária de R\$ 5 mil, imposta em 27 de setembro (dia em que a greve acabou). O juiz também mandou descontar, mensalmente, 30% do salário da sindicalista.

Por conta dessa denúncia, o corregedor do TJ-MA Antonio Guerreiro Júnior determinou a abertura de procedimento administrativo contra o juiz Thales Ribeiro, em 22 de outubro.

Caso dos remédios – Na última sexta-feira (19), o **Jornal Pequeno** revelou uma nova denúncia contra o juiz Thales Ribeiro. Maria Antonia de Sousa Coelho, conhecida como “Maria do Lili” – dona de três farmácias (“Salva Vidas”, em Gonçalves Dias (termo de Dom Pedro), e “Salva Vidas 2” e “Farmabem” (em Dom Pedro) –, o acusou, em depoimento na Corregedoria do TJ-MA em setembro de 2006, de vender a ela remédios (psicotrópicos) que o próprio magistrado havia apreendido num dos estabelecimentos.

Para ter de volta parte dos medicamentos retirados da farmácia “Salva Vidas”, em Gonçalves Dias, Maria Antonia teria pago R\$ 2 mil.

Ela afirmou que deu um cheque nesse valor ao ex-oficial de Justiça João Ramos Ribeiro – ligado ao juiz Thales Ribeiro. O JP teve acesso ao recibo dos R\$ 2 mil,

supostamente assinado por João Ramos. O ex-oficial é apontado como agiota por uma servidora municipal (veja texto em destaque).

Não houve punição ao juiz Thales Ribeiro, por parte do TJ, neste caso. Há aproximadamente 15 dias, o magistrado resolveu processar a denunciante por “danos morais”.

Punições leves – O juiz Thales Ribeiro já foi julgado duas vezes pelo TJ-MA por suspeita de condutas impróprias. Nas duas ocasiões, recebeu punições leves – uma advertência e uma censura.

A advertência foi aplicada em março de 2009, depois que a Controladoria Geral da União (CGU) relatou, em maio de 2007, que Thales Ribeiro teve diárias no Fiori Palace Hotel, de Dom Pedro, pagas pela prefeitura local (então, administração José de Ribamar Costa Filho, do PSC) com recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental (Fundef). Foram 330 diárias, que redundaram num valor total de R\$ 6.600.

Em maio deste ano, o TJ impôs pena de censura a Thales Ribeiro pelo fato de ele não morar Dom Pedro, comarca em que atua, e dar aulas numa faculdade particular em São Luís, durante um ano, sem o conhecimento e autorização da Corte. O procedimento contraria a Loman (Lei Orgânica da Magistratura Nacional).

Denúncia: dívida de agiotagem descontada em contracheque

A auxiliar operacional de serviços diversos da Prefeitura de Dom Pedro, Cleude Rodrigues de Sousa, afirmou ao JP e num vídeo que será encaminhada ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ) que o juiz Thales Ribeiro de Andrade determinou o desconto em folha de 30% de seus vencimentos mensais para o pagamento de uma dívida dela com o ex-oficial de Justiça João Ramos Ribeiro, apontado por Cleude como agiota. João Ramos é ligado ao juiz Thales Ribeiro e ocupa uma sala no Fórum de Dom Pedro.

A dívida de Cleude, feita em 2005, subiu de R\$ 2.900 para R\$ 4.550 em menos de um ano – ou seja, teve um acréscimo de 57% de juros – o que caracteriza crime de agiotagem.

Os 30% começaram a ser descontados no contracheque da servidora em agosto do ano pas-

Recibo de Pagamento de Salário

Prefeitura Municipal de Dom Pedro
COC 006167293000130
08/2009

1100 CLEUDE RODRIGUES DE SOUSA
Auxiliar Operacional de Servic -
Sec de Educ - Fundeb 40%

Descrição	Quantidade	Valor	Retenções	Descontos
001 VENCIMENTO	200	465,00		
033 SALARIO FAMILIA	3	76,98		
501 INSS	8%			-37,20
507 DESC ORDER JUDICIAL				-128,34
650 CONTRIB. SINDICATO	2 %			-9,30

Pagamento disponível a partir de 00/00/0000

Valor Disponível: 541,98
Valor Descontado: -174,64
Valor Líquido: 367,34

09.09.09
Cleude R. de Sousa

Contracheque da servidora com desconto do empréstimo

sado, sob a classificação “desconto ordem judicial”. Atualmente, Cleude recebe salário de R\$ 510. O desconto estabeleci-

do judicialmente “suga” R\$ 139 mensais (mais de 27%) dos vencimentos da servidora. (Oswaldo Viviani)



O juiz Thales Ribeiro: repúdio da sociedade civil organizada

DIVULGAÇÃO



Jamil Gedeon discursa durante a cerimônia de inauguração

Poder Judiciário instala juizado especial em Codó

O Tribunal de Justiça instalou, na tarde de ontem, o Juizado Especial Cível e Criminal de Codó, comarca de entrância intermediária, situada a 303 km de São Luís. O órgão vai receber e julgar, de início, 1.892 processos oriundos das três varas existentes.

A sede do juizado foi instalada no Fórum local, em uma sala de 31,78m², estruturada com balcão de atendimento ao público, computadores, aparelho de digitalização de documentos e arquivo equipado com armários e estantes de aço para acondicionar os autos.

Para a inauguração solene, as dependências do Fórum "Desa. Etelvina Ribeiro Gonçalves", inaugurado em 2003, também receberam melhorias, como a revisão das esquadrias, luminárias, instalações elétricas e de telefonia e pintura geral, externa e interna. O Salão do Júri foi dotado de mais assentos para abrigar o público que assiste às sessões de julgamento.

O presidente do TJMA, desembargador Jamil Gedeon, presidiu a solenidade, ao lado da diretora do fórum, juíza Stela Muniz Braga, dos desembargadores José Bernardo, Ouvidor; Louvival Serejo, diretor da Escola da Magistratura; da juíza Francisca

Galiza, coordenadora dos juizados especiais, representando a Corregedoria Geral da Justiça e do juiz de Timbiras, Carlos de Arruda Mont'alverne, que responderá temporariamente pelo juizado.

Ao instalar o juizado, o presidente do TJMA informou que o órgão irá atender à população mais carente de Codó, com serviços totalmente informatizados e em boas instalações.

Codó, comarca de termo judiciário único, situada na região dos Cocais, possui uma população de 113.937 habitantes distribuída em 16 bairros. Alguns povoados ficam localizados a mais de 100km da sede.

A juíza Stela Muniz, diretora do fórum, agradeceu o empenho do Tribunal, na pessoa do presidente, e da Corregedoria, por meio do corregedor, para garantir a instalação do órgão, ressaltando que "o Poder Judiciário será fortalecido e a comunidade, valorizada". O juiz Mont'alverne destacou que o ato representa "mais um passo da presidência do Tribunal no projeto de desenvolvimento da Justiça de primeira instância". A juíza coordenadora dos juizados ressaltou, por sua vez, que a Justiça torna-se mais próxima do cidadão e por isso, mais efetiva.

■ Candidatura barrada

A juíza da 1ª Vara da Fazenda Pública, Luiza Madeiro Nepomucena, concedeu ontem liminar mandando suspender a candidatura à reeleição do atual reitor da Universidade Estadual do Maranhão, José Augusto Oliveira, e do seu vice, Gustavo Pereira da Costa. A ação foi ajuizada pelos candidatos a reitor Henrique Mariano, Joaquim Teixeira Lopes, Francisco Alexandrino de Almeida Barbosa e seu vice, Hamilton de Jesus Almeida.

Os adversários de José Augusto alegam que, de acordo com o Estatuto da Uema, o reitor só pode ser candidato a uma reeleição. O atual reitor da Uema assumiu o cargo com a saída de Waldir Maranhão, em 2006, e foi reeleito em 2008.

Os candidatos a reitor tentaram primeiro impugnar a candidatura de José Augusto na Comissão Eleitoral, sem sucesso. Por isso, recorreram à Justiça. Alegam que a comissão tem quase todos os seus membros ligados ao atual reitor.

TJ recebe denúncia contra prefeito de São Benedito do Rio Preto

O prefeito de São Benedito do Rio Preto (212 km de São Luís), José Creomar de Mesquita Costa, responderá ação penal perante o TJ, em razão de atraso na prestação de contas do exercício financeiro de 2008. O prefeito foi denunciado pelo Ministério Público Estadual, acusado de não ter prestado as contas do município ao Tribunal de Contas do Estado (TCE), que o considerou inadimplente.

Creomar Costa informou que realizou a prestação de contas ao TCE sete dias após o fim do prazo, em 22 de abril de 2009, com o regular pagamento da multa estipulada. A defesa alegou ainda que o prefeito deveria ser inocentado porque não teve intenção de prejudicar o erário.

A Procuradoria-Geral de Justiça, em parecer, entendeu que a apresentação das contas em atraso não desconfigura o crime previsto no Decreto-lei 201/67.

Os desembargadores Benedito Belo (relator) e Joaquim Figueiredo votaram pelo recebimento da denúncia, considerando que o simples atraso na prestação de contas é suficiente para configuração do delito. Eles também entenderam que a necessidade ou não da condenação do gestor será analisada na instrução processual, onde poderá provar sua inocência. O desembargador José Bernardo Rodrigues votou pela rejeição da denúncia, por considerar que o ato do prefeito foi insuficiente para causar qualquer prejuízo ao erário ou à população, uma vez que corrigiu a falha e apresentou a prestação de contas antes do oferecimento da denúncia.

2ª Vara de Santa Inês realiza seis júris até sexta-feira

A juíza Larissa Rodrigues Tupinambá Castro, titular da 2ª vara de Santa Inês, vai presidir esta semana série de seis julgamentos, todos relativos a processos da Meta 2 do Conselho Nacional de Justiça, que prevê o julgamento de processos distribuídos até dezembro de 2007. Todos os acusados respondem por homicídio.

Ontem, foi julgado José de Ribamar da Silva. Hoje, será a vez de Antônio Joacy Pinho. Amanhã, acontece o julgamento de Ivaldo Santos Costa.

Na quinta, serão dois júris. O

primeiro, pela manhã, será de José de Ribamar Dias Costa. Na parte da tarde, o réu é James Lima Oliveira. Encerrando a série, na sexta acontece o julgamento de Milton Nascimento Pires.

Segundo informações da comarca, vários procedimentos estavam paralisados com a proibição de promover júri de réu foragido. Com a alteração legislativa, os julgamentos voltaram a ocorrer. Com a iniciativa, a juíza Larissa Rodrigues Tupinambá Castro pretende sanear a Vara no que se refere às ações criminais que processam crimes contra a vida.

OPERAÇÃO BARRA LIMPA

Índios acusados de bloquear BR são presos pela Polícia Federal

Uma operação realizada pela PF, denominada “Barra Limpa”, resultou na captura de oito índios Guajajara em aldeias nos municípios de Grajaú e Barra do Corda. A operação foi desencadeada depois do bloqueio por parte dos índios, durante vários dias, da BR-226 – entre as cidades de Barra do Corda e Grajaú. ÚLTIMA PÁGINA



**Índios presos em aldeias de Grajaú e Barra do Corda
são conduzidos por policiais federais para
a superintendência da PF em São Luís**

OPERAÇÃO BARRA LIMPA

Índios acusados de bloquear BR são presos pela Polícia Federal

POR VALQUÍRIA FERREIRA

Uma operação realizada pela Polícia Federal (PF), denominada "Barra Limpa", resultou na captura de oito índios Guajajara em aldeias nos municípios de Grajaú e Barra do Corda. As prisões foram realizadas na manhã de ontem, em cumprimento a mandados de prisões expedidos pela comarca do município. A operação foi desencadeada depois do bloqueio por parte dos índios, durante vários dias, da BR-226 – entre as cidades de Barra do Corda e Grajaú.

A Operação Barra Limpa teve o intuito de cumprir 36 mandados de prisões contra indígenas por tráfico de droga, roubo, estupro, extorsão, sequestro, homicídio e outros crimes praticados na reserva Cana Brava. Os mandados foram expedidos há cerca de um ano e meio, sendo que dos acusados três já morreram e vinte e quatro mandados permanecem em aberto. A polícia deve fazer levantamento para tentar encontrar os sus-

peitos e cumprir as outras ordens de prisão. De acordo com a PF, um dos presos é mestiço, e foi naturalizado índio por morar em aldeia há muito tempo.

Segundo o delegado Luís André Almeida, coordenador da operação, quatro dos presos estavam envolvidos diretamente no confronto contra o delegado Edmar Cavalcanti, na noite do dia 7 de novembro, na BR-226, onde o policial teve um dedo decepado.

A ação da PF teve início na madrugada de ontem, por volta das 3h, e terminou às 10h. E contou com o efetivo de 50 policiais, sendo 30 da Força Nacional, 15 da Polícia Federal, um da Polícia Civil e quatro da Polícia Militar de Barra do Corda.

Os indígenas presos foram conduzidos, no final da tarde de ontem, para a sede da Superintendência da Polícia Federal, no Bairro da Cohama. Lá, eles passaram por exames de corpo de delito, e depois foram levados para a Central de Custódia de Presos de Justiça (CCPJ), no Bairro do Anil.

■ Índios presos

A Polícia Federal do Maranhão prendeu oito índios da etnia guajajara ontem para cumprir mandados de prisão emitidos pela Justiça há mais de um ano. Os crimes são distintos e envolvem casos como estupro, homicídio e tráfico de drogas, em algumas das aldeias situadas nas cidades de Grajaú (572 km de São Luís) e Barra do Corda (456 km).

O delegado que coordenou a operação, Luís André Almeida, disse que alguns dos presos hoje estavam envolvidos na agressão a um delegado da Polícia Civil, que tentou passar por uma barreira na BR-226, foi atingido por cinco tiros e teve o dedo anelar decepado no dia 7.

A ação, batizada de Barra Limpa, tinha 36 mandados de prisão. Os oito presos foram levados a São Luís. Dos restantes, a PF constatou que um já estava preso e pelo menos três estão mortos.